

1 **ATA 18° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**  
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**  
3 **SAÚDE**

4 Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em  
5 reunião virtual, realizou-se a décima oitava Sessão Ordinária do Conselho de  
6 Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande  
7 do Sul – IPE Saúde, sob a presidência do Sr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do  
8 Conselho de Administração do IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld da  
9 Silva, secretária do respectivo Conselho. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada  
10 aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do  
11 Governo do Estado, titulares Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo  
12 dos Santos Costa (TJRS), Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS) e Júlio César  
13 Viero Ruivo (IPE Saúde); e representantes dos segurados titulares Katia Terraciano  
14 Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Marcia Elisa Pereira Trindade e  
15 Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers).  
16 Além disto, a reunião contou com a presença dos suplentes Rômulo Campos, Maria Cleni  
17 da Silva, Rafael Amaral e Danilo Krause, do diretor-administrativo Financeiro do IPE  
18 Saúde, Vladimir Dal Ben, do diretor de Relacionamento com o Segurado do IPE Saúde,  
19 Paulo Gnoatto, da diretora de Planejamento e Orçamento do IPE Saúde, Mary Liliane  
20 Cavalheiro Mendes, dos gerentes de Contabilidade do IPE Saúde, Gustavo Friedrich e  
21 Giana Slongo, da analista e advogada da Gerência de Controle do IPE Saúde, Paula Bello,  
22 das analistas da Gerência de Administração do IPE Saúde, Barbara Plein Veleda e Janine  
23 Sampaio, do analista de Gestão em Saúde da Gerência Financeira do IPE Saúde, Vinicius  
24 Gonçalves, da gerente de Prevenção e Promoção à Saúde do IPE Saúde, Sâmara Aguiar,  
25 da economista e técnica Dieese assessoria CPERS, Anelise Manganelli, e da assessora  
26 jurídica do CPERS, Daniela Heller. Antes do início das discussões, o presidente do  
27 Conselho de Administração, João Ricardo, deu posse ao conselheiro titular Júlio César

28 Viero Ruivo e seu respectivo suplente Rafael Amaral, em substituição ao conselheiro  
29 Lindoberto Pontes, representando o Governo do Estado por parte do IPE Saúde. **2)**  
30 **Ausências justificadas.** Ausência do conselheiro Thiago Dapper por motivos de licença,  
31 deixando em sua substituição o suplente Rômulo Campos; ausência não justificada do  
32 conselheiro Mauro Hauschild. **3) Aprovação de ata de reunião ordinária 19/08/2021.** A  
33 Ata não obteve nenhuma retificação e foi aprovada por unanimidade. **4)**  
34 **Correspondências expedidas.** Ofício CA nº 32/2021 que solicita à Presidência do IPE  
35 Saúde análise de Realinhamento de Salários dos servidores do quadro do instituto,  
36 encaminhado no Processo PROA nº: 21/2441-0011065-6; Ofício CA nº 33/2021 que  
37 solicita atualizações sobre Concurso Público IPE Saúde, encaminhado no Processo PROA  
38 nº: 21/2441-0011066-4; Ofício CA nº 34/2021 que solicita informações sobre o  
39 Orçamento 2022 do IPE Saúde, encaminhado no Processo PROA nº: 21/2441-0011067-  
40 2; Ofício CA nº 35/2021 que informa sobre acompanhamento pelo Conselho das decisões  
41 tomadas pela diretoria executiva do IPE Saúde sobre minuta de análise e controle da  
42 gestão do instituto desenvolvida pela CAGE, encaminhado no Processo PROA nº:  
43 21/2441-0011077-0. **5) Correspondências recebidas.** PROA nº 21/2441-0011066-4 com  
44 respostas ao ofício CA nº 33/2021 que solicita atualizações sobre Concurso Público IPE  
45 Saúde; PROA nº: 21/2441-0004111-5 com nomeação do novo membro do Conselho de  
46 Administração, Júlio César Viero Ruivo e seu suplente Rafael Amaral; PROA nº: 21/2441-  
47 0011067-2 que informa sobre o Orçamento 2022 do IPE Saúde. **6) Apresentação sobre**  
48 **as "Medidas de Redução de Despesas e Providências na Ampliação das Receitas do**  
49 **Sistema IPE Saúde".** O presidente do IPE Saúde e conselheiro, Júlio Ruivo, iniciou sua  
50 fala apresentando aos conselheiros as Medidas de Redução de Despesas e Providências  
51 na Ampliação das Receitas do Sistema IPE Saúde para os próximos anos explanando  
52 algumas dificuldades que o IPE Saúde tem enfrentado no atual momento e a importância  
53 de se pensar em ações de sustentabilidade financeira para o instituto. A apresentação  
54 contempla três tópicos nos quais debatem Medidas de Redução de Despesas, Proposta

55 de Aumento de Receita e Medidas Adicionais. As medidas de Redução de Despesas  
56 incluem contenções de despesas, elevação de receitas, aporte emergencial e  
57 recebimento de dívidas. O presidente Júlio Ruivo expôs ao conselho os maiores gastos  
58 que o instituto teve nos últimos dois anos principalmente por conta da pandemia de  
59 Covid-19 tendo um aumento de 59,70% das despesas em comparação ao ano de 2020.  
60 Além destes gastos que não estavam previstos na receita do instituto, também são  
61 preocupantes os gastos com tratamento oncológico e o déficit do plano principal. Entre  
62 as medidas de redução de despesas, estão os prazos de carência já aprovados pelo  
63 Conselho de Administração; previsão de protocolos para tratamentos oncológicos;  
64 pagamento de medicamentos oncológicos com base no critério de fracionamento da  
65 dose; atualização da tabela de órteses e próteses; instituição de remuneração baseada  
66 em procedimentos gerenciados; regulação do uso de medicamentos com base no  
67 princípio ativo; instituir nova tabela de precificação de medicamentos; estabelecer tabela  
68 de preços para atenção domiciliar; suspender novos credenciamentos de serviços de  
69 oncologia e imunobiológicos; suspender novos credenciamentos de pessoa física e  
70 migração para CNPJ; criação de tabela própria de preços de dietas; mudança no modelo  
71 de contrato com prestadores e pagamentos com base no teto financeiro;  
72 credenciamento de hospitais por edital de chamamento público; credenciamento de  
73 prestadores de serviços para atendimento multidisciplinar do Transtorno do Espectro  
74 Autista para usuários que possuem decisão judicial favorável; e ampliação do percentual  
75 de 5% de procedimentos auditados para 10%. Todas estas medidas terão um impacto  
76 financeiro de aproximadamente R\$ 387 milhões economizados por ano. Além disto, o  
77 presidente Júlio Ruivo apresentou também medidas de aumento das receitas que  
78 envolve a criação do plano PAMERP já aprovado pelo Conselho de Administração;  
79 reajuste no valor pago pelos usuários dos planos de saúde; ampliação de 10% no número  
80 de contratos estabelecidos com prefeituras; fixação de juros, multas e correções; e  
81 revisão do modelo que institui alíquotas para o plano principal. Todas as medidas de

82 aumento de receitas acarretariam um recolhimento de aproximadamente R\$ 623  
83 milhões por ano. Segundo Júlio Ruivo, estas medidas foram construídas a pedido da  
84 Secretaria da Fazenda principalmente para que o instituto possa receber as dívidas de  
85 patronais e paritárias devidas pelo Estado. Após a apresentação das medidas de  
86 contenção dos gastos e aumento de receitas, também foram apresentadas medidas  
87 adicionais para a sustentabilidade o IPE Saúde. Finalizando a explanação, abriu-se o  
88 momento de manifestações pelos conselheiros, onde Katia Terraciano manifestou-se  
89 sobre o excessivo credenciamento de clínicas de infusão quimioterápica, situação em  
90 que há pagamento integral do frasco de medicamento mesmo quando não utilizado,  
91 também sobre a preocupação em o PAMERP sofrer alterações sem antes passar pelo  
92 Conselho de Administração e sobre entender não fazer sentido o aumento de alíquota  
93 do segurado sendo que o Estado está devendo para o instituto. Já o conselheiro Ives  
94 Agamenon manifestou-se sobre dúvidas em relação ao déficit do instituto, sobre o  
95 percentual de despesas por órgão e sobre os valores disponíveis no Fundo de Assistência  
96 à Saúde - FAS, principalmente dos imóveis pertencentes a autarquia. A conselheira Vera  
97 Lêsses, por sua vez, manifestou-se reiterando as falas ditas pelos conselheiros Katia e  
98 Ives e explanando sua preocupação quanto aos salários congelados dos servidores  
99 públicos e as medidas tomadas pelo IPE Saúde quanto a esses servidores. O conselheiro  
100 Antônio de Pádua solicitou esclarecimentos sobre o aumento do PAMES justificando que  
101 não acha pertinente visto que os hospitais não oferecem a este plano o serviço  
102 adequado. Além disto, Pádua lembrou seu pedido de vistas ao PAMERP realizado nas  
103 sessões de discussão do tema, pois, segundo ele, cria que o plano sofreria alterações  
104 visto ter desconfiança no cumprimento das regras estabelecidas. Já o conselheiro Álvaro  
105 Panizza falou sobre sua preocupação e surpresa com o Estado negar-se a pagar as dívidas  
106 para com o IPE Saúde e cobrar do instituto um plano de medidas de sustentabilidade  
107 financeira, visto que a previsão financeira do IPE Saúde pelo Estado é instituída por Lei  
108 Estadual. Além disto, Álvaro fez algumas observações sobre o PAMES e também

109 questionou a presidência do IPE Saúde sobre a adoção de medidas sugerida pelo  
110 Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O presidente do  
111 Conselho, João Ricardo, também manifestou sua preocupação sobre as dívidas do Estado  
112 para com o IPE Saúde, reiterando as falas anteriores, e sugerindo que o Conselho de  
113 Administração tomasse a frente, juntamente com a presidência, da cobrança desses  
114 débitos que já deveriam ter sido pagos por Lei ao instituto. Por fim, a conselheira Marcia  
115 Elisa manifestou-se salientando a importância das revisões de preços de medicamentos,  
116 chamamento público pelo instituto e sobre o FAS. A conselheira Maria Cristina, relatora  
117 do processo administrativo do PAMERP, manifestou sua preocupação com as  
118 modificações que serão elaboradas na via legislativa visando à alteração da matéria posta  
119 em destaque pelo Presidente do IPE Saúde, Júlio Ruivo. Lembrou aos demais  
120 Conselheiros que a aprovação da Resolução do PAMERP se deu dentre outros, por dois  
121 argumentos que reputa imprescindíveis, quais sejam: a impossibilidade de, nos dois anos  
122 iniciais do contrato firmado o beneficiário não poder abandonar o plano contratado – o  
123 que evitaria prejuízo financeiro ao Sistema IPE Saúde; bem como a não necessidade de o  
124 IPE Saúde envolver-se na cobrança das parcelas contratadas com cada uma das entidades  
125 de registro de classe, que seriam repassadas automaticamente ao Sistema IPE Saúde pela  
126 entidade. Ressaltou ainda, a necessidade de o projeto de lei ser submetido, antes de  
127 remetido à Assembleia Legislativa, à análise do Conselho de Administração. Já a  
128 conselheira Katia Terraciano referiu que era de conhecimento, em especial da OAB, das  
129 regras próprias do Sistema IPE Saúde, não vinculadas às regras da ANS por constituir-se  
130 de um Sistema de Saúde com regras próprias e destinadas a custear despesas com a  
131 saúde - preferencialmente - dos servidores públicos estaduais (público a que se destina).  
132 A Conselheira Maria Cristina voltou a se manifestar, ainda, pela necessidade de  
133 manutenção da Comissão de análise do PAMERP deste Conselho de Administração,  
134 tendo por fim avaliar e discutir as modificações a serem realizadas, sem considerar a  
135 resolução previamente aprovada e estabelecida pelo instituto baseado na Lei já existente

136 que regulamenta o PAMERP. O presidente do IPE Saúde e conselheiro, Júlio Ruivo,  
137 esclareceu aos conselheiros que o problema ocorrido com o PAMERP foi de que os 24  
138 meses estabelecidos por resolução não estão previstos do estatuto do consumidor e os  
139 novos usuários que ingressariam no plano facilmente judicializariam este tema, portanto  
140 a ideia é regularizar este prazo em comparação com outros planos de saúde existentes  
141 no Estado e que esta modificação será passada novamente ao Conselho de  
142 Administração para reanálise. Como encaminhamentos deste tema, ficou deliberado  
143 pelo colegiado a marcação de uma reunião com a Secretaria da Fazenda, convidando o  
144 secretário Marco Aurélio Cardoso, e secretário de Planejamento, Governança e Gestão,  
145 Cláudio Gastal, para debater sobre as dívidas de paritárias a patronais que o Estado tem  
146 para com o IPE Saúde. Além disto, deliberou-se também a criação de comissões internas  
147 deste tema a partir de criação de subgrupos para analisar os três eixos apresentados pela  
148 presidência do instituto, assim como dividir tarefas e encaminhar o projeto ao restante  
149 dos conselheiros. **7) Apresentação e debate sobre realinhamento dos salários dos**  
150 **servidores do IPE Saúde.** Previsto para discussão na próxima reunião ordinária do  
151 Conselho que ocorrerá no dia 23 de setembro de 2021. **8) Apresentação e debate sobre**  
152 **a tabela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM.**  
153 Previsto para discussão na próxima reunião ordinária do Conselho que ocorrerá no dia  
154 23 de setembro de 2021. **9) Apresentação e debate sobre Orçamento 2022 do IPE**  
155 **Saúde.** Previsto para discussão na próxima reunião ordinária do Conselho que ocorrerá  
156 no dia 23 de setembro de 2021. **10) Assuntos de Ordem Geral.** Os conselheiros Vera  
157 Lêsses e Antônio Andreazza manifestaram-se sobre a reunião entre CPERS e IPE Saúde,  
158 ocorrida no dia 25 de agosto de 2021, para falar sobre o fechamento das unidades de  
159 atendimento presencial aos segurados do IPE Saúde no interior do estado e sobre as  
160 diversas reclamações que tem recebido de segurados do interior que padecem de  
161 atendimento do instituto. Salientaram suas preocupações com o fechamento das  
162 unidades e como isto prejudicará o acesso dos segurados do interior aos serviços do IPE

163 Saúde, acarretando encerramento de contratos destes com o plano de saúde. A partir  
164 disto, sugeriram que o Conselho de Administração assumira este tema como desafio para  
165 solucionar. **11) Definição de pauta para a próxima sessão.** Para a próxima reunião  
166 ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 23 de setembro de 2021,  
167 ficou deliberado a realização de uma reunião extraordinária na sequência para que haja  
168 tempo hábil de pautar os seguintes temas: Discussão e criação de comissões internas  
169 sobre as "Medidas de Redução de Despesas e Providências na Ampliação das Receitas do  
170 Sistema IPE Saúde"; Apresentação e debate sobre realinhamento dos salários dos  
171 servidores do IPE Saúde; Apresentação e debate sobre a tabela Classificação Brasileira  
172 Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM; e Apresentação e debate sobre  
173 Orçamento 2022 do IPE Saúde. **12) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando  
174 por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai  
175 elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld da Silva, secretária do  
176 Conselho de Administração, e pelo presidente do Conselho de Administração, João  
177 Ricardo dos Santos Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra  
178 à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvando-lhes o direito  
179 de retificá-la, por escrito, se assim o desejarem.

180

181

**Reunião Virtual, 09 de setembro de 2021.**

182

183

**João Ricardo dos Santos Costa**

184

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

185

186

**Thuane Liesenfeld da Silva**

187

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde